

EDUCAÇÃO EM SAÚDE AOS USUÁRIOS DE FORMULAÇÕES MAGISTRAIS DA FARMÁCIA UNIVERSITÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

*Thaissa Costa Cardoso
Tatyana Xavier Almeida Matteucci Ferreira
Luciana Resende Prudente
Nathalie de Lourdes Souza Dewulf¹*

RESUMO

O Uso Racional de Medicamentos foi definido pela Organização Mundial da Saúde como um objetivo a ser atingido devido aos dados alarmantes de complicações geradas pelo uso indevido dos medicamentos. No nosso país, fatores como a automedicação, dificuldade de acesso ao serviço de saúde, baixa adesão ao tratamento medicamentoso e falta de orientação do paciente são obstáculos para a efetiva implementação do URM. O resgate da relação entre o farmacêutico e o paciente em farmácias comunitárias por meio da Atenção Farmacêutica, fazendo-se uso da dispensação de medicamentos, uso de materiais informativos e outros serviços farmacêuticos, está se consolidando como proposta para se implementar o Uso Racional de Medicamentos. As formulações magistrais carecem de uma legislação que regulamente e padronize um material informativo que funcione como um apoio às orientações verbalizadas pelos profissionais de saúde aos usuários destas. Para suprir essa carência foram desenvolvidos dezesseis materiais educativos para os usuários da Farmácia Universitária da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Goiás, no projeto de extensão. Estes foram desenvolvidos conforme a regulação brasileira, utilizando-se uma linguagem acessível e objetiva, constituindo-se assim como uma forma de intervenção eficaz e de baixo custo para a promoção do Uso Racional de Medicamentos.

Palavras-chave: Alfabetização em informação. Bulas para medicamentos. Bulas para o paciente. Educação em Saúde.

HEALTH EDUCATION TO USERS OF PRESCRIPTION DRUGS FROM THE PHARMACY AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF GOIÁS.

ABSTRACT

The Rational Use of Medicines was defined by the World Health Organization as a goal to be achieved due to the alarming data related to complications caused by the misuse of drugs. In our country, factors such as self-medication, poor access to health services, poor adherence to drug treatment, and lack of patient education are obstacles to the effective implementation of the Rational Use of Medicines. The reestablishment of the relationship

¹ Doutorado em Ciências Médicas (USP). Docente da Faculdade de Farmácia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO. Contato: nlsdewulf@ufg.br.

between the pharmacist and the patient in community pharmacies, involving the dispensing of medicines, leaflets, and other pharmaceutical services, is consolidating as a way of implementing the Rational Use of Medicines. Prescription drugs do not have legislation to regulate and standardize leaflets supporting the guidelines given verbally by health professionals to the users. To meet this need, in this extension project, sixteen leaflets were developed for users of the University pharmacy at the Federal University of Goiás. These were produced according to Brazilian regulations, using accessible language and objectives, in order to provide an effective and low cost way of promoting the Rational Use of Medicines.

Keywords: Information literacy. Leaflets for medicines. Leaflets for patients. Health education.

EDUCACIÓN PARA LA SALUD A LOS USUARIOS DE MEDICAMENTOS COMPUESTOS DE LA FARMACIA UNIVERSITARIA DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE GOIÁS.

RESUMEN

El Uso Racional de los Medicamentos ha sido definido por la Organización Mundial de la Salud como una meta a alcanzar debido a los datos alarmantes de las complicaciones causadas por el uso indebido de medicamentos. En nuestro país, factores como la automedicación, el escaso acceso a los servicios de salud, falta de adhesión al tratamiento farmacológico y la falta de educación de los pacientes son obstáculos para la aplicación efectiva del Uso Racional de los Medicamentos. El rescate de la relación entre el farmacéutico y los pacientes en farmacias comunitarias a través de la atención farmacéutica, haciendo uso de la dispensación de medicamentos, el uso de materiales informativos y otros servicios farmacéuticos, se está consolidando como una propuesta para implementar el Uso Racional de los Medicamentos. Los medicamentos compuestos no tienen una legislación para regular y normalizar un material informativo que funciona como un apoyo a las directrices informativas verbalizadas por los profesionales de la salud para estos usuarios. Para satisfacer esta necesidad se desarrollaron dieciséis materiales informativos para los usuarios de la Farmacia Universitaria de la Facultad de Farmacia, Universidad Federal de Goiás, en el proyecto de extensión. Estos materiales fueron desarrollados según regulación brasileña, utilizando un lenguaje accesible y objetivo constituyendo intervención eficaz y de bajo coste para la promoción del Uso Racional de Medicamentos.

Palabras clave: Alfabetización informacional. Prospectos de medicamentos. Prospectos para el paciente. Educación para la Salud.

INTRODUÇÃO

O Uso Racional de Medicamentos (URM) foi estabelecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como um objetivo a ser atingido a partir da primeira década do século XXI ([OMS, 2002](#)), isto porque é primordial promover a avaliação desse uso e

supervisionar o consumo de medicamentos e suas implicações em várias partes do mundo.

Estima-se que 50% de todos os medicamentos são prescritos, dispensados ou usados inadequadamente ([OMS, 2010](#)) e que cerca de 15% das internações hospitalares sejam causadas por possíveis reações adversas a medicamentos (RAM) ([MASTROIANNI et al., 2009](#)) e ainda que 60 a 92% dos casos de problemas relacionados com medicamentos em âmbito secundário e terciário da Saúde possam ser prevenidos ([OLIVEIRA et al., 2007](#); [MARIN et al., 2008](#)).

A OMS propõe que para se atingir o URM é preciso, em primeiro lugar, estabelecer a necessidade do uso do medicamento, a seguir, que se receite o medicamento apropriado para a situação do paciente, tendo a eficácia e a segurança como fatores a serem avaliados durante a prescrição. O medicamento deve ser prescrito adequadamente, com informações a respeito da forma farmacêutica, dose, período do tratamento e deve ser dispensado em condições adequadas, com as orientações necessárias a fim de que o regime terapêutico seja cumprido conforme prescrito e se obtenha o sucesso do tratamento e o paciente deve portar todas as informações necessárias durante o tratamento medicamentoso para que possa utilizar racionalmente o medicamento prescrito pelo médico ([WHO, 1987](#)).

Em nosso país, a automedicação, erros de medicamentos, dificuldade de acesso ao serviço de baixa adesão ao tratamento medicamentoso, falta de orientação e propaganda inadequada de medicamentos realizada pela mídia, que pode levar ao consumo desenfreado destes são fatores que dificultam a implementação do URM ([AQUINO, 2008](#)). Estes quando somados expõem o paciente a riscos de reações adversas a medicamentos (RAM) e intoxicações medicamentosas, constituindo-se, portanto, em causa de morbidade e, inclusive de mortalidade, muito significativa. Estatísticas do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinitox) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) revelam que os medicamentos respondem por quase 30% das intoxicações no Brasil, e 18% dos casos de morte por intoxicações são causados por medicamentos ([SINITOX, 2008](#)).

Seguindo a proposta da OMS (2010), foram implementados a Política Nacional de Medicamentos ([BRASIL, 2001](#)) e o Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos ([BRASIL, 2007a](#)), como parte integrante da promoção do URM. Estes têm dentre seus pilares a promoção da educação e informação da população, bem como a garantia da segurança, eficácia e qualidade dos medicamentos, a promoção do uso racional e o acesso a população àqueles considerados essenciais e a reorientação da Assistência Farmacêutica.

Essas ações objetivam soluções para reverter ou minimizar este quadro e, dentre outros aspectos relacionados ao controle na venda de medicamentos e melhorias no serviço de saúde, passam intervenções educativas em saúde e informação da população ([BRASIL, 2007a](#)), o que está diretamente relacionado à recuperação da relação profissional de saúde – paciente ([AQUINO, 2008](#)).

O profissional da saúde é visto como o promotor da reflexão necessária que poderá motivar o paciente a novamente buscar sua saúde. A relação profissional de saúde – paciente é considerada fundamental para que ocorra a personalização da orientação, a humanização do atendimento e o direito à informação, que juntos podem melhorar o serviço de saúde tanto pública como privada ([ARRAIS, 2002](#)). A fragilização dessa relação, que antecede o início do tratamento medicamentoso do paciente, pode gerar

diminuição de transferência de informação para esses pacientes e o uso irracional de medicamentos.

O farmacêutico, como profissional da saúde, tem um papel importante na continuação das informações passadas pelo médico e outros profissionais e tem a responsabilidade de, durante a dispensação, respeitar o direito do usuário de saber maiores informações a respeito de sua medicação, informar e assessorar o usuário sobre a utilização correta dos medicamentos ([ARRAIS; BARRETO; COELHO, 2007](#)). O contato entre o farmacêutico e o paciente é o último momento que antecede a utilização da medicação prescrita pelo médico ao paciente. O ato de dispensação de medicamentos realizada pelo farmacêutico, que inclui a orientação farmacêutica e a educação em saúde, é um meio para a promoção do URM ([BRASÍLIA, 2002](#)), e intervenções educativas que sejam realizadas nesse momento tem ganhado espaço nos últimos anos ([LLOYD, 2003; BRASÍLIA, 2002](#)).

Intervenções Farmacêuticas educativas

A Intervenção Farmacêutica é um ato planejado, documentado e realizado junto ao usuário e profissionais de saúde, que visa a resolver ou prevenir problemas que interferem ou podem interferir na farmacoterapia, sendo parte integrante da dispensação dos medicamentos. Nesse contexto, a educação em saúde surge como um instrumento para a promoção do URM por meio de mudanças de comportamento e melhora na saúde da população ([BRASÍLIA, 2002](#)).

Intervenções educativas passam a ser definidas como um processo que objetiva capacitar indivíduos ou grupos para contribuir na melhoria das condições de vida e saúde da população devendo ainda estimular a reflexão crítica das causas dos seus problemas bem como das ações necessárias para sua resolução. Estas têm ganhado destaque para que os usuários de medicamentos possam, ao ler uma bula, um folheto informativo ou receber informação verbalizada por um profissional de saúde, apreender e compreender as informações neles contidos para que quando necessário, o usuário possa tomar decisões conscientes a respeito de seu estado de saúde ([WILSON; WOLF, 2009](#)). Nesse processo, tanto a informação verbal quanto a escrita são importantes e complementares na educação do paciente. Dentre as formas de intervenções, o fornecimento de materiais impressos que complementem a orientação verbal tem se destacado como uma alternativa eficaz e de baixo custo ([LLOYD, 2003](#)).

No Brasil, a bula representa o principal material informativo fornecido aos pacientes na aquisição de medicamentos produzidos pela indústria farmacêutica. A obrigatoriedade da inclusão da bula na embalagem dos medicamentos, que também é exigida como documento sanitário no pedido de licença e considerada um item obrigatório na concessão do registro, é regulamentada pela Portaria nº 110 da Secretaria de Vigilância Sanitária, de março de 1997 ([BRASIL, 1997](#)). De acordo com essa portaria, as bulas devem conter uma seção específica destinada à informação dirigida ao paciente, além das seções de “identificação do produto”, “informação técnica” e “dizeres legais”. A portaria ainda prevê a padronização dos textos das bulas referentes a cada substância ativa, elaborados pela Secretaria de Vigilância Sanitária e publicados no Diário Oficial da União ([SILVA et al., 2000](#)). Porém, a linguagem utilizada sempre representou grande dificuldade para o paciente. O leitor se depara com uma escrita técnica que pouco ou nada lhe “comunica”, sendo considerada esta uma falha na evolução deste material. No entanto, apenas em 1977, a necessidade de utilizar uma linguagem acessível nas bulas

veio a ser mencionada na regulamentação, e somente em 2004 foram realizadas análises da linguagem utilizada nas bulas ao paciente. Mesmo assim, permanecem muitos vícios de linguagem e costumes a serem superados ([GONÇALVES et al., 2002](#)).

A bula assume um papel fundamental na promoção do URM ao alertar sobre os riscos da automedicação, da interrupção do tratamento, bem como quanto à necessidade da prescrição, no tocante à dispensação de medicamentos tarjados, consoante ao processo educativo dos usuários. Esta pode e deve ser um instrumento para a cidadania, pois informa o indivíduo sobre o uso do medicamento e, ao fazê-lo, contribui como instrumento para que a relação entre médico-paciente seja alterada pela capacidade de questionamento do paciente ([ARRAIS; BARRETO; COELHO, 2007](#)).

Devido à heterogeneidade de informações contidas na bula, a quantidade de informação excessivamente técnica e direcionada aos profissionais de saúde, que muitas vezes não condiz com o baixo letramento em saúde da maioria da população, e a organização ergonômica e forma tipográfica, as bulas tem se constituído mais uma barreira do que solução na educação em saúde ([SILVA et al., 2006](#)).

Na educação em saúde devem ser levados em consideração fatores cognitivos que estão diretamente ligados a capacidade do paciente em obter, processar e compreender informações por via escrita ([WILSON; WOLF, 2009](#)). O fornecimento de informações escritas, tais como folhetos informativos, tem se constituído em um meio efetivo de apoio às orientações verbais transmitidas ao paciente sobre os medicamentos ([SILVA et al., 2000](#)).

Um material informativo por via escrita em que são priorizados, por exemplo, o formato do material, o uso de espaço em branco, a fonte que será utilizada (sem ornamentação), a estrutura sintática, veiculação das informações necessárias e sem sobrecarga delas e o uso de imagens que complementem a informação escrita são mais passíveis de entendimento pelos pacientes do que as versões de bulas que são veiculadas junto aos medicamentos atualmente ([WILSON; WOLF, 2009](#); [FUJITA, 2004](#)).

Esse tipo de organização em um material informativo promove a compreensão e facilita a comunicação entre pacientes e usuários de alguma medicação com o farmacêutico e até mesmo com o médico. Os processos cognitivos que estão envolvidos nesse tipo de intervenção, quando o material informativo utilizado segue esses parâmetros, são menores em quantidade visto que a sobrecarga de informações é evitada. Dessa forma a compreensão e a manutenção da informação pelo paciente podem ser elevadas. Em estudo realizado com pacientes em tratamento quimioterápico e seus familiares, em que material informativo foi utilizado mostrou que o acesso à informação tornou os participantes mais seguros e colaborou na adesão e sucesso do tratamento ([SALLES; CASTRO, 2010](#)).

Outro estudo realizado em farmácias comunitárias de North Staffordshire, Reino Unido, folhetos informativos foram distribuídos à população de formas diferentes, sendo deixados em local visível e sendo concedidos pelo farmacêutico responsável. Em ambas as formas, o aconselhamento pelo farmacêutico foi ofertado. Os resultados mostraram que quando era o farmacêutico que entregava o folheto informativo, 20% dos usuários retornavam para obter maiores esclarecimentos, não influenciando a oferta ou não de orientação. Porém, quando o próprio usuário retirava o folheto informativo da farmácia, sem a oferta de orientação, não houve retorno para obter maiores esclarecimentos. Isso sugere que o impacto desse tipo de intervenção é maior quando existe um profissional da saúde que sinaliza a acessibilidade de informação ao usuário, nesse caso, dentro de farmácias comunitárias, e que o fornecimento desse tipo de material tem importância no

desenvolvimento de novas estratégias para a promoção do URM. Por essa razão, as pesquisas em alfabetização em saúde tem ganhado destaque, a fim que de o paciente possa ser independente e agir de forma racional quando estiver recebendo informações de profissionais de saúde ([LLYOD, 2003](#)).

Para auxiliar os pacientes nesse processo de alfabetização em saúde, materiais informativos como folhetos são considerados uma forma de intervenção de baixo custo e eficiente de forma a facilitar os processos cognitivos que envolvem a compreensão e o processamento das informações pelo paciente ([LLOYD, 2003](#)).

O uso de um material educativo em farmácias magistrais

A aplicação desse tipo de intervenção pode também atingir as preparações magistrais que representam uma alternativa à terapêutica convencional, tendo como atributos a personalização e individualização do tratamento medicamentoso, e que estão em ascensão por todo o país. A necessidade de intervenção com educação em saúde nesse âmbito pode ser maior dada a não existência de uma legislação que regule a presença de bulas para preparações magistrais ([YANO et al., 2011](#); [MARCATTO et al., 2005](#)).

Os produtos de farmácias magistrais possuem em seu rótulo informações importantes e imprescindíveis, segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que permitem a correta identificação dos medicamentos durante sua dispensação e uso, o armazenamento adequado e o rastreamento do medicamento desde sua fabricação até o consumo. As legislações que atualmente regulamentam a rotulagem de produtos magistrais para garantir maior segurança são as RDC nº 67/07 ([BRASIL, 2007b](#)) que dispõe sobre regulamentos técnicos quanto às boas práticas de preparações magistrais e oficinais para uso humano em farmácias de manipulação, e a RDC nº 71/09 ([BRASIL, 2009b](#)) que estabelece as diretrizes para a rotulagem de medicamentos.

Porém, informações adicionais, como por exemplo, a respeito de interações medicamentosas, reações adversas e esquecimento de doses, contidas em bulas de medicamentos industrializados, não estão presentes. Dessa forma, caso o paciente necessite sanar alguma dúvida sobre o tratamento medicamentoso do qual está fazendo uso, ele não terá um material informativo no qual se apoiar para basear suas decisões, o que pode facilmente induzir ao uso irracional de medicamentos ([BRASIL, 2009a](#); [YANO et al., 2011](#)).

A ausência dessas informações se constitui uma das causas do uso irracional de medicamentos. Logo, um projeto com essa finalidade é de suma importância para a promoção do URM por meio de uma intervenção farmacêutica de educação em saúde que tem a alfabetização em saúde do paciente como objetivo.

Com o intuito de suprir esta deficiência, a Farmácia Universitária da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Goiás (FU-FF-UFG) desenvolveu o projeto de extensão (código FF-74) para elaborar materiais educativos para os usuários de preparações magistrais desta.

METODOLOGIA

Os folhetos informativos para os usuários de preparações magistrais foram desenvolvidos conforme RDC nº 47/09 ([BRASIL, 2009a](#)), que estabelece regras para

elaboração, harmonização, atualização, publicação e disponibilização de bulas de medicamentos para pacientes e para profissionais de saúde, utilizando-se referências técnicas para elaborar o conteúdo. Foram utilizadas as referências técnicas Martindale – The Complete DrugReference (SWEETMAN, SC. 36ª Edição. Pharmaceutical Press: 2009.); Formulário Médico - Farmacêutico (BATISTUZZO, JAO; ITAYA M; ETO, Y. 2ª Edição. Tecnopress, 2002.), produções técnicas da Associação Nacional de Farmacêuticos Magistrais (ANFARMAG) e a base DrugDex/Micromedex®.

As preparações magistrais escolhidas para participar desse projeto foram aquelas que possuíam o maior número de pedidos na FU-FF-UFG e produtos que possuíam necessidades especiais em relação ao uso, como por exemplo, o alendronato de sódio. Durante a elaboração dos folhetos informativos priorizou-se uma linguagem clara e objetiva, evitando-se o uso de termos técnicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O modelo proposto pela RDC nº 47/09 ([BRASIL, 2009a](#)) de perguntas e respostas foi seguido (tabela 1), visto que a disposição e relevância de informações facilita a compreensão do usuário e permite a inserção das informações mais relevantes de forma objetiva.

Tabela 1. Informações contidas nos folhetos informativos conforme esquema de perguntas e respostas proposto pela RDC nº 47/09 ([BRASIL, 2009a](#)).

“Para quê este medicamento é indicado?”

“Como este medicamento funciona?”

“Quando não devo usar este medicamento?”

“O que devo saber antes de usar este medicamento?”

“Onde, como e por quanto tempo posso guardar este medicamento?”

“Como devo usar este medicamento?”

“O que devo fazer quando eu me esquecer de usar este medicamento?”

“Quais os males que este medicamento pode me causar?”

“O que fazer se alguém usar uma quantidade maior do que a indicada deste medicamento?”

Fonte: RDC nº47/09 ([BRASIL, 2009a](#)).

Foram desenvolvidos dezesseis folhetos informativos (tabela 2), todos com uma linguagem clara e acessível. Todos os folhetos informativos passaram pelo crivo de três farmacêuticos para avaliação do conteúdo e da linguagem utilizada.

Dentre esses folhetos informativos, três foram destinados a recomendações gerais sobre produtos de uso interno, produtos de uso externo e produtos homeopáticos. Os folhetos informativos não abrangeram todas as preparações magistrais que são produzidas na FU-FF-UFG dada a impossibilidade de se desenvolver o material para formulações que são personalizadas e variam conforme cada paciente. Dessa forma, esses três folhetos são destinados a esses pacientes, que além do material, recebem orientação farmacêutica no momento da dispensação. Ressalta-se que todos os pacientes recebem o folheto informativo mediante orientação farmacêutica.

Tabela 2. Preparações magistrais escolhidas para o desenvolvimento de folhetos informativos.

Cápsulas de alendronato de sódio
Cápsulas de carbonato de cálcio e vitamina D3
Cápsulas de difosfato de cloroquina
Cápsulas de glucosamina
Cápsulas de pill food
Produtos a base de condroitina
Produtos a base de hidroquinona e ácido glicólico
Esmalte com ciclopirox olamina
Medicamento para micose de unhas
Medicamentos homeopáticos
Produtos de uso externo
Produtos de uso interno
Produtos a base de zinco quelado
Shampoo anticaspa e antiqueda
Solução de clorexidine
Xarope para estados gripais

Fonte: Farmácia Universitária, Universidade Federal de Goiás.

Os Folhetos Informativos desenvolvidos pela FU-FF-UFG trazem informações a respeito da personalização do tratamento, bem como advertências sobre o não compartilhamento dos mesmos e do seu uso racional, com orientações sobre esquecimento de doses, reações adversas, mecanismo de ação dos medicamentos, informações, a saber, antes de utilizar o medicamento e situações nas quais o paciente não deve utilizar o mesmo.

Informações sobre o que se deve saber antes de utilizar o medicamento, são fundamentais, por exemplo, para pacientes que utilizam alendronato de sódio, um medicamento dispensado em grandes quantidades na FU-FF-UFG. O alendronato de sódio é uma droga não-hormonal utilizada no tratamento da osteoporose, doença de Paget e na hipercalemia associada a processos malignos e reduz a reabsorção óssea por inibição da atividade osteoclástica e que pode causar esofagite ulcerativa se utilizado da maneira incorreta ([FERNANDES, PIRES, GOUVÊA, 2002](#)).

Em estudo realizado por [Liebermam e Hirsch \(1996\)](#) foi atribuída baixo risco de lesão esofágica grave aos intervalos curtos de acompanhamento dos pacientes, nos quais as instruções de uso correto do medicamento eram reforçadas. O uso de um material informativo nesse contexto se mostra importante caso um paciente necessite sanar alguma dúvida sobre seu tratamento medicamentoso.

Em uma revisão e análise da literatura sobre intervenções educativas, realizado por [Sarra et al. \(2013\)](#), no período compreendido entre 1997 e 28 de fevereiro de 2010, foram encontrados 18 artigos sobre intervenção em saúde para promoção de saúde e 7 para a recuperação da saúde. Observou-se que naqueles em que foi utilizado somente o material informativo, sem a participação ativa dos pacientes na construção do conhecimento, o resultado almejado não foi alcançado. Porém, nenhum desses trabalhos analisou o impacto desse material em pacientes usuários de formulações magistrais.

Ressalta-se que no momento da elaboração dos folhetos informativos não havia nenhuma legislação que regulamentasse e padronizasse os mesmos, porém em janeiro

de 2013, por meio da Lei Estadual – PR nº17.051, essa foi instituída no Estado do Paraná, sem data prevista para uma legislação de âmbito nacional ([SES/PR, 2013](#)).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de informação quanto ao uso de medicamentos e a dificuldade de fornecimento desse tipo de informação em nosso país, tanto por parte do médico como do farmacêutico, são fatores que podem levar ao uso irracional de medicamentos.

Com o crescente interesse em farmácias magistrais, tem-se observado também um crescimento no número de ações de educação em saúde e de acompanhamento dos pacientes nesses locais com a finalidade de se realizar o URM.

Nesse contexto, o fornecimento de materiais informativos em que é priorizada a linguagem clara, acessível e objetiva configura-se como uma intervenção educativa em saúde efetiva e de baixo custo.

Junto ao fornecimento desse material, a realização da orientação farmacêutica, personalizada à cada paciente na dispensação, é fundamental na consolidação da informação que é transmitida ao paciente por meios dos serviços farmacêuticos e promoção do URM, visto que a individualização da informação contribui para a melhora da adesão ao tratamento e criação de um indivíduo consciente em relação ao seu tratamento medicamentoso .

A elaboração desse material é tão importante quanto a avaliação de sua qualidade e efetividade para que possa existir constante adequação à necessidade de informação dos usuários e promoção do URM. Estudos dessa natureza têm ganhado destaque quando se observa o efeito que esse tipo de intervenção produz e também para que esse serviço seja implantado em outros ambientes de saúde, não se restringindo apenas ao ambiente das farmácias comunitárias.

SUBMETIDO EM 16 dez. 2013

ACEITO EM 24 set. 2014

REFERÊNCIAS

[AQUINO, D. S.](#) Por que o uso racional de medicamentos deve ser uma prioridade? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, p. 733-736, 2008. Suplemento.

[ARRAIS, P. S. D.](#) O uso irracional de medicamentos e a farmacovigilância no Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 5, p. 1478-1479, 2002.

[ARRAIS, P. S. D.; BARRETO, M. L.; COELHO, H. L. L.](#) Aspectos dos processos de prescrição e dispensação de medicamentos na percepção do paciente: estudo de base populacional em Fortaleza, Ceará, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 927-937, 2007.

[BRASIL.](#) Ministério da Saúde. Portaria n.º 110, de 10 de março de 1997. Institui roteiro para texto de bula de medicamentos, cujos itens devem ser rigorosamente obedecidos, quanto à ordem e conteúdo. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 mar. 1997. Seção

1. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/legis/portarias/110_97.htm>. Acesso em: 16 jan. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política nacional de medicamentos.** 2001/Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília : Ministério da Saúde, 2001. 40 p.

BRASIL. Portaria nº 1.555, de 27 de junho de 2007a. Institui o Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 jun. 2007. Seção 1. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=52&data=28/06/2007>>. Acesso em 15 jan. 2012.

BRASIL. Resolução da Diretoria Colegiada nº 67, de 08 outubro 2007b. Dispõe sobre boas práticas de preparações magistrais e oficinais para uso humano em farmácias. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 out. 2007. Seção 1. Disponível em: <http://www.nwa.com.br/legisarquivos/rdc67_10.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2011.

BRASIL. Resolução da Diretoria Colegiada nº 47, de 8 de setembro de 2009a. Estabelece regras para elaboração, harmonização, atualização, publicação e disponibilização de bulas de medicamentos para pacientes e para profissionais de saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 set. 2009. Seção 1. Disponível em: <<http://www.brasilsus.com.br/legislacoes/rdc/102619-47.html>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

BRASIL. Resolução da Diretoria Colegiada nº 71, de 22 de dezembro de 2009b. Estabelece as regras para rotulagem de medicamentos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 2009. Seção 1. Disponível em: <<http://www.brasilsus.com.br/legislacoes/rdc/102077-71.html>>. Acesso em: 21 dez. 2011.

IVAMA, A. M. et al. **Consenso brasileiro de atenção farmacêutica:** proposta: atenção farmacêutica no Brasil: “trilhando caminhos”. Brasília, DF: Organização Pan-Americana da Saúde, 2002.

FERNANDES, P. A.; PIRES, M. S.; GOUVÊA, A. P. Esofagite ulcerativa associada ao uso de alendronato de sódio: achados histopatológicos e endoscópicos. **Arquivos de Gastroenterologia**, v. 39, n. 3, p. 173-176, 2002.

FUJITA, P. T. L. A comunicação visual de bulas de remédios: análise ergonômica da diagramação e forma tipográfica com pessoas de terceira idade. **Revista Brasileira de Design da Informação**, v. 1, n. 1, p. 51-54, 2004.

GONÇALVES, S. A. et al. Bulas de medicamentos como instrumento de informação técnico-científica. **Revista de Saúde Pública**, v. 36, n. 1, p. 33-39, 2002.

LIBERMAN, U. A.; HIRSCH, L. J. Esophagitis and alendronate. **New England Journal of Medicine**, n. 335, p. 1069-70, 1996.

[LLOYD-WILLIAMS, F.](#) The effect of an intervention programme to improve health education leaflet uptake and distribution in community pharmacies. **Patient Education and Counseling**, v. 49, n. 1, p. 27-33, 2003.

[MARCATTO, A. P. et al.](#) Análise de cápsulas de captopril manipuladas em farmácias. **Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada**, v. 26, n. 3, p. 221-225, 2005.

[MARIN, M. J. S. et al.](#) Caracterização do uso de medicamentos entre idosos de uma unidade do Programa Saúde da Família. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, n. 7, p. 1545-1555, 2008.

[MASTROIANNI, P. C. et al.](#) Contribuição do uso de medicamentos para a admissão hospitalar. **Brazilian Journal of Pharmaceutical Sciences**, v. 45, n. 1, p. 163-170, 2009.

[OLIVEIRA, R. S. et al.](#) Revisão sistemática em fitoterapia: padronização internacional de qualidade. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v. 17, n. 2, p. 271-274, 2007.

[ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD.](#) **Perspectivas políticas sobre medicamentos de la OMS:** promoción del uso racional de medicamentos: componentes centrales. Ginebra, 2002. Disponível em: <http://www.who.int/medicinedocs/collect/medicinedocs/pdf/s4874s/s4874s.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2012.

[ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD.](#) **Medicamentos:** uso racional de los medicamentos. Nota descriptiva nº 338. Maio, 2010. Disponível em: <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs338/es/>. Acesso em: 16 jun. 2013.

[SALLES, P. S.; CASTRO, R. de C. B. R. de.](#) Validação de material informativo a pacientes em tratamento quimioterápico e aos seus familiares. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 182-189, 2010.

[SARRA, J. dos R.; et al.](#) Intervenções educativas com usuários de medicamentos como estratégias terapêuticas. **Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada**, v.34, n.2, p.229-234, 2013.

[SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ.](#) Lei Estadual nº 17.051, de 23 de janeiro de 2013, pela resolução SESA nº 062/2013. Aprova Norma Técnica para definir a forma e o conteúdo das bulas magistrais. **Diário Oficial do Estado**, DOE, nº 8890, de 1º de fevereiro de 2013.

[SILVA, M. et al.](#) Estudo da bula de medicamentos: uma análise da situação. **Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada**, v. 27, n. 3, p. 229-236, 2006.

[SILVA, T. et al.](#) Bulas de medicamentos e a informação adequada ao paciente. **Revista de Saúde Pública**, v. 32, n. 2, p. 184-189, 2000.

[SINITOX](#): Sistema Nacional de Informações Tóxico Farmacológicas. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, [200-?]. Disponível em <<http://www.fiocruz.br/sinitox>>. Acesso em: 16 jan. 2012.

[WILSON, E. A. H.; WOLF, M. S.](#) Working memory and the design of health materials: a cognitive factors perspective. **Patient Education and Counseling**, v. 74, p. 318–322, 2009.

[WORLD HEALTH ORGANIZATION.](#) **The rational use of drugs**: report of the conference of experts, Nairobi 25-29 November 1985. Geneva, 1987.

[YANO, H. M. et al.](#) Problematização de rotulagem em produtos farmacêuticos manipulados de acordo com a legislação vigente. **Boletim Epidemiológico Paulista**, São Paulo, v. 8, n. 88, p. 23-26, 2011. Informe técnico.